



Processo n. 138.794/15

CONTRATO N. 2016/088.1

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO
CONTRATO CELEBRADO ENTRE A
CÂMARA DOS DEPUTADOS E A CLARO
S.A., PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
DE TRANSPORTE DE SINAIS DE VÍDEO E
ÁUDIO ASSOCIADOS, EM PADRÃO
BROADCAST, SOB DEMANDA, COM
COBERTURA EM TODO O TERRITÓRIO
NACIONAL.

Aos *dez e nove* dias do mês de *junho* de dois mil e
dezessete, a CÂMARA DOS DEPUTADOS, situada na Praça dos Três
Poderes, nesta Capital, inscrita no CNPJ sob o n. 00.530.352/0001-59, daqui
por diante denominada CONTRATANTE, e neste ato representada por seu
Diretor Administrativo, o senhor ROMULO DE SOUSA MESQUITA,
brasileiro, casado, residente e domiciliado em Brasília-DF, e a CLARO S.A.,
situada na Rua Flórida, 1970, Brooklin, São Paulo - SP, inscrita no CNPJ sob o
n. 40.432.544/0001-47, daqui por diante denominada CONTRATADA, e neste
ato representada por suas Procuradoras, a senhora ROBERTA JERONIMO
GONSO, residente e domiciliado em Brasília - DF, e a senhora JULIANA
FRANCO JIBRAN HSIEH, residente e domiciliada em Brasília - DF, perante
as testemunhas que este subscrevem, acordam em celebrar o presente Aditivo,
em conformidade com o processo em referência, com as disposições contidas
na Lei n. 8.666, de 21/6/93, e alterações posteriores, daqui por diante
denominada simplesmente LEI, na Lei n. 10.520, de 17/7/02, no Regulamento
dos Procedimentos Licitatórios da Câmara dos Deputados, aprovado pelo Ato
da Mesa n. 80, de 7/6/01, publicado no D.O.U. de 5/7/01, doravante
denominado simplesmente REGULAMENTO, e com o Edital do Pregão
Eletrônico n. 33/16, denominado simplesmente EDITAL, e seus Anexos,
observadas as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

O presente aditivo decorre das seguintes alterações:

- a) Prorrogação da vigência contratual pelo período de 12 (doze) meses, a
partir de 20/6/17, com amparo no artigo 57, inciso II, da LEI,
correspondente ao artigo 105, inciso II, do REGULAMENTO;
- b) Supressão de 50% (cinquenta por cento) do valor anual estimado do
contrato, em razão da redução da quantidade anual estimada de
minutos, passando para 1.440 minutos/ano, com amparo no inciso II,



§2º do artigo 65 da LEI, correspondente ao §2º do artigo 113 do REGULAMENTO; e

- c) Reajuste do valor unitário contratado em 4,5710%, correspondente à variação do IPCA acumulado no período de abril/16 a março/17, com amparo na Cláusula Sétima do presente contrato.

O presente Contrato, com sua numeração alterada para 2016/088.1, passa a vigorar com sua redação modificada nos seguintes parágrafos:

“.....

CLÁUSULA SEXTA – DO PREÇO E DO PAGAMENTO

O preço total estimado do presente Contrato é de R\$ 26.438,40 (vinte e seis mil, quatrocentos e trinta e oito reais e quarenta centavos), considerando-se o preço unitário constante da proposta da CONTRATADA.

Parágrafo primeiro – O objeto aceito pela CONTRATANTE, considerando os minutos de uso efetivo no transporte de sinais de vídeo e áudio associados, será pago em parcelas mensais, não se admitindo o pagamento antecipado sob qualquer pretexto.

Parágrafo segundo – O pagamento de cada parcela será feito por meio de depósito em conta corrente da CONTRATADA, em agência bancária indicada, mediante a apresentação em duas vias de nota fiscal/fatura discriminada, emitida no mês subsequente ao da prestação dos serviços, após atestação pelo Órgão Responsável.

Parágrafo terceiro – A instituição bancária, a agência e o número da conta deverão ser mencionados na nota fiscal/fatura.

Parágrafo quarto – O preço proposto pela CONTRATADA inclui, além dos encargos e tributos, o custo mensal do transporte do sinal de vídeo e áudio associados, valendo-se da infraestrutura de transporte da CONTRATADA, distribuída pelo território nacional.

Parágrafo quinto – O custo mensal considera os minutos de uso efetivo na recepção de sinal de vídeo e áudio associados, conforme taxa de transmissão da CONTRATADA e a pedido expresso e antecipadamente agendado pela TV Câmara.

Parágrafo sexto – Não importará custo para a TV Câmara o envio de seus sinais através da rede da CONTRATADA, desde que a pedido de emissora de TV ou produtora de vídeo, as quais assumirão integralmente o ônus financeiro da utilização do serviço.

Parágrafo sétimo – A nota fiscal/fatura deverá vir acompanhada do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), da Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND) e da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), todos dentro dos prazos de validade neles expressos.

Parágrafo oitavo – O pagamento será efetuado com prazo não superior a 30 (trinta) dias, contado a partir do aceite dos serviços e da comprovação da



regularidade da documentação FISCAL E TRABALHISTA apresentada, prevalecendo a data que ocorrer por último.

Parágrafo nono – No caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), calculados diariamente em regime de juros simples, conforme a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Na qual:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{i}{365} \quad I = \frac{6/100}{365} \quad I = 0,00016438$$

em que i = taxa nominal de 6%aa (seis por cento ao ano).

Parágrafo décimo – Os encargos moratórios devidos serão incluídos na fatura do mês seguinte ao da ocorrência.

Parágrafo décimo primeiro – Quando aplicável, o pagamento efetuado pela CONTRATANTE estará sujeito às retenções de que trata o artigo 31 da Lei n. 8.212, de 1991, com a redação dada pelas Leis n. 9.711, de 1998, e n. 11.933, de 2009, além das previstas no artigo 64 da Lei n. 9.430, de 1996, e demais dispositivos legais que obriguem a retenção de tributos.

Parágrafo décimo segundo – Estando a CONTRATADA isenta das retenções referidas no parágrafo anterior, a comprovação deverá ser anexada à respectiva fatura.

Parágrafo décimo terceiro – Caso esteja enquadrada nos incisos III, IV e XI do art. 4º da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 2012, dispensada da retenção de valores correspondentes ao Imposto de Renda e às contribuições administradas pela Receita Federal do Brasil, a CONTRATADA deverá apresentar, a cada pagamento, declaração em 2 (duas) vias, assinadas pelo seu representante legal, na forma dos Anexos II, III e IV do referido documento normativo.

.....
CLÁUSULA OITAVA – DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa com a execução do presente Contrato, objeto da Nota de Empenho n. 2017NE 001858, correrá à conta da seguinte classificação orçamentária:

- Programa de Trabalho:

01.131.0553.2549.5664 – Comunicação e Divulgação Institucional



- Natureza da Despesa:
- 3.0.00.00 – Despesas Correntes
- 3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes
- 3.3.90.00 – Aplicações Diretas
- 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO

O presente Contrato terá vigência de 20/06/17 a 19/06/18, podendo ser prorrogado em conformidade com o inciso II do Artigo 57 da LEI, e com o inciso II do Artigo 105 do REGULAMENTO, a critério da CONTRATANTE.

Parágrafo único – O presente Contrato poderá ser rescindido nos termos das disposições contidas nos artigos 77 a 80 da LEI, correspondentes aos artigos 125 a 128 do REGULAMENTO.


.....”

Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições que não tenham sido expressamente alteradas pelo presente aditivo.

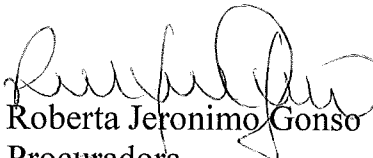
E por estarem assim de acordo, as partes assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, com 4 (quatro) folhas cada uma, na presença das testemunhas abaixo indicadas.

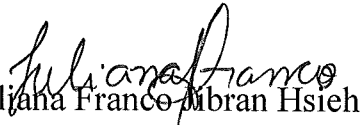
Brasília, 19 de Junho de 2017.

Pela CONTRATANTE:


Romulo de Sousa Mesquita
Diretor Administrativo
CPF n. 443.493.351-53

Pela CONTRATADA:


Roberta Jeronimo Gonso
Procuradora
CPF n. 615.487.741-20


Juliana Franco Mbram Hsieh
Procuradora
CPF n. 780.528.581-00

Testemunhas: 1) 

2) 